



TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Educação

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TR: Adriane Viana Resende

SOLICITAÇÃO DE DESPESA: 111/2026

RECURSO: PRÓPRIO

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada no Atendimento na área da Educação Especial, por meio de capacitação contínua dos profissionais da rede de ensino, com o objetivo de garantir atendimento de qualidade e assegurar os direitos dos estudantes com necessidades educacionais específicas seguindo a legislação vigente.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1 Contratação de empresa especializada no Atendimento na área da Educação Especial, por meio de capacitação contínua dos profissionais da rede de ensino, com o objetivo de garantir atendimento de qualidade e assegurar os direitos dos estudantes com necessidades educacionais específicas seguindo a legislação vigente;

2.2 Busca-se também com essa contratação, prestar serviços de assessoria voltada à capacitação dos profissionais do CENAM e ao acompanhamento dos professores para aprimorar estratégias de ensino para a inclusão educacional, especialmente no âmbito da Educação Especial, para o Município de Campo Novo do Parecis.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 O município de Campo Novo do Parecis tem registrado um aumento significativo na demanda por atendimento especializado na área da Educação Especial. Esse crescimento torna essencial a capacitação contínua dos profissionais da rede de ensino, a fim de assegurar um ensino de qualidade e garantir os direitos dos estudantes com necessidades educacionais específicas, conforme estabelece a legislação vigente;

3.2 Nesse contexto, a contratação da psicopedagoga Eliane Rute Callegari da Silva (CLÍNICA ÁGAPE) permitirá o aprimoramento das práticas pedagógicas, promovendo uma inclusão efetiva e um suporte adequado aos estudantes que necessitam de atendimento diferenciado;

3.3 A capacitação abordará temas essenciais a realidade educacional do município por meio de assessoria direta às demandas emergenciais do CENAM (Centro de Atendimento Multiprofissional); Assessoria para a organização do Seminário de Educação Especial 2026; revisão e correção de relatórios, planos de trabalho, programações, planejamentos e palestras que serão aplicados no decorrer do ano letivo de 2026; palestras e treinamentos realizados no CENAM para os professores do AEE (Atendimento Educacional Especializado), sendo repassado posteriormente aos demais profissionais da educação, com temas voltados às:

- Estratégias de como desenvolver o PEI com sugestões de atividades;
- Entrevista com os Pais/Responsáveis;
- Avaliação Inicial;
- Marcos do Desenvolvimento Infantil;
- Sugestão de Atividades para desenvolvimento em sala de aula (adaptação de conteúdo).



3.4 A contratação em tela vai ao encontro da legislação vigente, a qual estabelece diretrizes para a inclusão e o atendimento educacional especializado de estudantes com necessidades educacionais específicas. As principais normas que amparam esses estudantes e fundamentam a contratação de profissionais especializados são:

3.4.1 Constituição Federal (1988)

a. O artigo 205 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa e o preparo para o exercício da cidadania;

b. O artigo 208, inciso III, assegura o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

3.4.2 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990

a. O artigo 54, inciso III, determina que o Estado deve assegurar atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

3.4.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996

a. O artigo 58 define a Educação Especial como modalidade de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

b. O artigo 59, inciso III, estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar professores com especialização adequada para o atendimento educacional especializado.

3.4.4 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) - Documento orientador de política pública que direciona a formação de professores e a adaptação curricular, com vistas a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência no ensino regular. Embora não seja uma lei formal, trata-se de orientação política com grande relevância.

3.4.5 Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão – LBI)

a. O artigo 28, inciso XI, reforça a necessidade de formação e capacitação continuada dos profissionais da educação para o atendimento educacional especializado;

b. O artigo 30 estabelece diretrizes para a educação de pessoas com deficiência, incluindo a oferta de educação bilíngue para surdos e outras medidas que assegurem a inclusão educacional plena.

3.4.6 Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014 - A Meta 4 determina a universalização do acesso à educação para pessoas com deficiência e a garantia do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

3.4.7 Decreto nº 12.686/2025 - Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e regulamenta a oferta do atendimento educacional especializado, bem como a disponibilização de serviços e profissionais capacitados para assegurar a inclusão de estudantes com deficiência na educação básica.

3.5 Com base nessas legislações e em atendimento das mesmas, a capacitação contínua dos educadores e a contratação de especialistas como psicopedagogos são essenciais para garantir um ensino inclusivo e de qualidade, respeitando os direitos dos estudantes com necessidades educacionais específicas;

3.6 A contratação de especialistas na área para a correta orientação dos profissionais da educação é um investimento essencial para a educação do município, fomentando a base educacional, capacitando professores para uma educação mais inclusiva e de qualidade. Dessa forma, a contratação desse serviço se faz necessária e urgente para garantir a qualificação desses profissionais, o desenvolvimento pleno dos estudantes e



a promoção da equidade educacional, assegurando que a rede de ensino municipal cumpra seu papel de forma eficiente e inclusiva.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

4.1 A assessoria será realizada de forma presencial, mensal, totalizando em 32h mensais no período fixo de 10 (dez) meses (fevereiro a novembro), conforme os horários a seguir:

- Sexta - feira: das 7h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00 – 8 horas.

4.2 Capacitação de 20 horas (sendo 16 horas presenciais e 04 horas assíncronas) nos dias 02 e 03 de fevereiro de 2026 para 160 profissionais da educação especial, conforme programação abaixo:

Dia 02/02/2026 - Teoria

- Transtorno do Espectro Autista – TEA (Características e Níveis de Suporte);
- Comportamento ABC;
- TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade);
- Deficiência Intelectual;

Dia 03/02/2026 – Prática

- Confecção de recursos para utilização em sala de aula.

5. RELAÇÃO DO ITEM COM QUANTITATIVO E VALOR:

Nº do item	Item	Descrição	UND	QTD	Valor	Total
1	55592	ASSESSORIA / CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, CENAM (CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL), PROFESSORES DO AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO), TAE (TÉCNICOS DE APOIO EDUCACIONAL) ADI E AGENTE EDUCACIONAL PARA APRIMORAR ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS.	MÊS	10	14.500,00	145.000,00

6. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 Essa contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios (AMM).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1 A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria pedagógica e capacitação continuada de profissionais da educação, com foco na promoção da educação inclusiva e no fortalecimento das práticas pedagógicas voltadas à Educação Especial, em atendimento às demandas do Município de Campo Novo do Parecis e em consonância com a legislação educacional vigente;



7.2 A empresa contratada será responsável por apoiar técnica e pedagogicamente a Secretaria Municipal de Educação, o CENAM e os profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como Técnicos de Apoio Educacional (TAE), ADI, agentes educacionais e demais profissionais envolvidos, desenvolvendo estratégias eficazes para qualificar o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

7.3 Os serviços compreenderão a realização de diagnóstico da realidade educacional local, assessoria em demandas pedagógicas emergenciais, revisão e correção de relatórios, planos de trabalho, planejamentos e demais documentos técnicos, além da elaboração e implementação de planos estratégicos voltados à inclusão educacional ao longo do ano letivo de 2026;

7.4 A capacitação dos profissionais ocorrerá de forma presencial e contínua, incluindo cursos, oficinas, treinamentos práticos e palestras, totalizando carga horária específica, com destaque para capacitação inicial de 20 (vinte) horas, sendo 16 (dezesesseis) horas presenciais e 4 (quatro) horas assíncronas, destinada a aproximadamente 160 profissionais da Educação Especial, conforme programação temática definida;

7.5 A programação temática abrangerá, entre outros conteúdos, o Transtorno do Espectro Autista (TEA), suas características e níveis de suporte; comportamento ABC; Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); Deficiência Intelectual; confecção de recursos pedagógicos para utilização em sala de aula; avaliação inicial e dos marcos do desenvolvimento infantil; elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI); entrevistas com pais e responsáveis; adaptação de conteúdos curriculares e sugestões de atividades inclusivas para o contexto escolar;

7.6 A assessoria também contemplará palestras e treinamentos realizados no âmbito do CENAM, com o objetivo de orientar os professores do AEE, que atuarão como multiplicadores junto aos demais profissionais da rede, bem como apoio técnico para a organização e realização do Seminário de Educação Especial 2026;

7.7 A execução dos serviços será estruturada em etapas, iniciando-se com diagnóstico situacional, seguido pelo desenvolvimento e aplicação de metodologias inclusivas, capacitação continuada dos profissionais e acompanhamento sistemático das ações implementadas, assegurando suporte técnico permanente durante o período de vigência do contrato;

7.8 Como resultado da solução proposta, espera-se o fortalecimento da cultura da educação inclusiva no município, a qualificação das práticas pedagógicas, a ampliação da acessibilidade e da qualidade do ensino, bem como a capacitação efetiva dos profissionais da educação para atuarem de forma segura, eficiente e alinhada às diretrizes legais e pedagógicas da Educação Especial.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 São obrigações da Administração Pública

- a)** Emitir ordem de fornecimento e zelar para o bom cumprimento do objeto;
- b)** Receber o serviço no prazo e nas condições estabelecidas neste Instrumento;
- c)** Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;
- d)** Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas neste Instrumento;
- e)** Fiscalizar a execução dos serviços prestados;
- f)** Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;



- g) Aplicar as sanções administrativas pertinentes, em caso de inadimplemento;
- h) Caberá ao Município receber o serviço contratado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Instrumento.

8.2 São obrigações do fornecedor contratado:

- a) Comprovar experiência na prestação de serviços de assessoria e capacitação na área da educação especial e inclusão educacional;
- b) Apresentar documentos que comprovem formação na área de atuação como certificados, diplomas e demais documentos comprobatórios;
- c) Equipe técnica qualificada, composta por profissionais com formação e experiência comprovada na área de educação especial, inclusão educacional e práticas pedagógicas inclusivas;
- d) Formação acadêmica em Pedagogia, Psicopedagogia, Educação Especial, Psicologia ou áreas correlatas, com especialização e/ou experiência comprovada em inclusão educacional;
- e) Conhecimento atualizado da legislação vigente, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, entre outras normativas aplicáveis;
- f) A empresa deverá apresentar Registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), com atividade compatível com o objeto da contratação; Regularidade fiscal e trabalhista, com apresentação das certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais;
- g) A empresa contratada deverá oferecer um plano detalhado de execução do serviço, incluindo carga horária e cronograma das capacitações, compatíveis com a necessidade da rede municipal de ensino; metodologias ativas e dinâmicas, garantindo a aplicação prática das estratégias inclusivas no ambiente escolar; materiais didáticos e de apoio pedagógico, fornecidos aos participantes das capacitações; avaliação da eficácia da capacitação, com aplicação de instrumentos para mensurar o impacto das formações na prática pedagógica dos profissionais;
- h) O contrato terá duração determinada de 09 (nove) meses, conforme a necessidade do município e disponibilidade orçamentária;
- i) Caso aplicável, a empresa deverá oferecer garantia de qualidade dos serviços prestados, comprometendo-se a prestar suporte técnico e acompanhamento pós-formação para os educadores capacitados;
- j) A empresa deverá desenvolver suas atividades em conformidade com as seguintes legislações e normativas:
 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996);
 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015);
 - Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado;
 - Plano Nacional de Educação (PNE) e demais diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e órgãos reguladores.
- k) Cumprir rigorosamente os termos do ajuste, ao qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações ou cancelamentos, quer seja nos preços ou nas condições estabelecidas;
- l) Efetuar o serviço de acordo com o solicitado, bem como das normas constantes no Estudo;



- m)** Comunicar imediatamente e por escrito à Administração Municipal, por meio da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- n)** Responder legal e financeiramente por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando ao CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo sob o fundamento de solidariedade;
- o)** Será responsável pelo fornecimento dos serviços dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na Lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor ao Município;
- p)** A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal e comercial;
- q)** Refazer os serviços em desacordo com as especificações constantes no pedido, sem ônus a Administração;
- r)** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Campo Novo do Parecis, no tocante ao fornecimento do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 9.1** Qualificação técnica dos profissionais da educação, especialmente daqueles que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE), no CENAM e nas salas regulares, por meio de formação continuada, assessoria pedagógica e acompanhamento sistemático;
- 9.2** Melhoria das práticas pedagógicas inclusivas, assegurando que os educadores estejam preparados para atender, de forma adequada e eficaz, os estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- 9.3** Fortalecimento da política de educação inclusiva do município, alinhando as ações pedagógicas às diretrizes da legislação vigente e às normativas nacionais de Educação Especial Inclusiva;
- 9.4** Padronização e aprimoramento dos instrumentos pedagógicos, como avaliações iniciais, anamnese escolar, elaboração e aplicação do Plano Educacional Individualizado (PEI), garantindo maior organização, coerência e efetividade no acompanhamento dos estudantes;
- 9.5** Ampliação da capacidade técnica do CENAM, por meio do suporte especializado na revisão de relatórios, planejamentos, planos de trabalho e documentos pedagógicos utilizados ao longo do ano letivo;
- 9.6** Promoção de práticas pedagógicas baseadas em evidências, com utilização de metodologias e estratégias reconhecidas, contribuindo para intervenções mais assertivas e eficazes no processo de ensino e aprendizagem;
- 9.7** Aprimoramento do atendimento aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando a representatividade desse público na rede municipal, por meio da formação específica dos profissionais e da disseminação de estratégias adequadas de intervenção;
- 9.8** Disseminação do conhecimento técnico entre os profissionais da rede, por meio da formação de multiplicadores, palestras e seminários, ampliando o alcance das ações formativas;



9.9 Monitoramento contínuo dos resultados das ações implementadas, possibilitando ajustes nas práticas pedagógicas e garantindo a efetividade das estratégias de inclusão adotadas;

9.10 Elevação da qualidade do ensino e da equidade educacional, assegurando o pleno desenvolvimento dos estudantes, o respeito às suas especificidades e a promoção de um ambiente educacional mais acessível, inclusivo e eficiente.

10. MODELO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

10.1 A contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 O instrumento ficará sob a responsabilidade de um Gestor de Contrato e por um Fiscal de Contrato cujas atribuições são relativas à execução do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

10.3 Após a Nota de Autorização de Despesa será elaborado o plano de fiscalização do mesmo, conforme as estratégias de execução do serviço em consonância ao Decreto Municipal 56/2023.

10.4 A execução da contratação deverá ser acompanhado e fiscalizado por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

- a) Os resultados alcançados em relação a contratação, com a verificação dos prazos de fornecimento e da qualidade demandada;
- b) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida, quando se tratar de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra;
- c) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e a satisfação do público usuário, quando cabível.

10.4.1 O fiscal da contratação deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que a contratada:

- a) Não produzir os resultados, deixar de fornecer, ou não fornecer com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.4.2 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

10.5 O serviço será recebido provisoriamente em 05 (cinco) dias, e para tanto deverá observar se o produto/serviços está condizente com a fatura, com as informações do contrato, ou documento equivalente, com a Nota de Empenho, assim como observar se o serviço está sendo entregue em perfeitas condições de consumo e dentro das especificações contratadas.

10.6 O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.7 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que



resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

10.8 As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico da contratada, devendo a contratada informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado, em parcela única, por meio de Ordem Bancária (OB) emitida em favor do fornecedor, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota Fiscal/fatura dos itens/serviços efetivamente entregues, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária:

09.002.12.367.0010.20063.33900000000.15001001000000 - APLICAÇÕES DIRETAS

Campo Novo do Parecis/MT, 21 de janeiro de 2026.

Leandro Nery Varaschin
Agente de contratação

Leia Maria Rea Nedel
Secretária Municipal de Educação



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EDC5-6868-B9FD-7B03

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LEANDRO NERY VARASCHIN (CPF 948.XXX.XXX-15) em 21/01/2026 13:42:25 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LEIA MARIA REA NEDEL (CPF 304.XXX.XXX-15) em 22/01/2026 07:34:04 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 22/01/2026 às 08:34 e assinada digitalmente pela 1Doc para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://camponovodoparecis.1doc.com.br/verificacao/EDC5-6868-B9FD-7B03>